

# COMUNICAR EM SAÚDE EM TEMPOS DE PANDEMIA: QUAL O NOSSO PAPEL ENQUANTO ACADÉMICOS DE COMUNICAÇÃO? NOTA INTRODUTÓRIA

## HEALTH COMMUNICATION DURING A PANDEMIC: WHAT IS OUR ROLE AS COMMUNICATION SCHOLARS? INTRODUCTORY NOTE

**Felisbela Lopes**

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, Portugal

**Rita Araújo**

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, Portugal

**Peter Schulz**

Facoltà di comunicazione, cultura e società, Università della Svizzera italiana, Lugano, Suíça

---

Quando algo de verdadeiramente incomum acontece e recebe ampla atenção, seja porque a população o requer ou porque os poderosos pensam que é do seu interesse que a população saiba, estamos perante uma situação que permite aos investigadores da comunicação e ao público leigo estudar a comunicação de forma direta, imediata, próxima, enquanto as nossas preocupações ainda são recentes. Só os acontecimentos fora do comum se podem intrometer entre o investigador e o seu objeto. Se o acontecimento for alegre, a alegria pode ocupar-se do coração e da mente dos observadores. Se o acontecimento for uma ameaça, os receios podem distrair o observador do seu papel de observar. Quando um país está em confinamento, a maioria das tarefas do dia a dia tornam-se mais difíceis e levam mais tempo.

No entanto, chegará o tempo em que o acontecimento já não será matéria de preocupação, e começaremos a pensar *como é que isto aconteceu? E porquê? E quais serão as consequências?* Esse tempo já passou há muito para a pandemia de covid-19, uma vez que muitos de nós se irão voltar para as teorias favoritas e tentarão explicar, com os instrumentos que estas teorias disponibilizam, *por que e como é que* a pandemia se materializou e desenrolou. Apenas podemos esperar que este esforço aconteça tão breve quanto possível, e por isso formulamos a

tese 1: é nosso dever descobrir o que podemos aprender com a pandemia de covid-19 em termos de comunicação.

A comunicação está em boas mãos, uma vez que os investigadores da área da comunicação sabem cada vez mais sobre ela. Tradicionalmente, o estudo de temas de comunicação por outras disciplinas é superficial e falta-lhe o entendimento sobre as mais recentes descobertas (Hannawa et al., 2014). Ou pelo menos é o que alguns de nós

(investigadores da comunicação) pensam. Independentemente da verdade, pode ser útil para a investigação não começar com as teorias do próprio campo da comunicação, mas sim pelas características mais marcantes do acontecimento e aí tentar perceber por que e como é que se poderiam desenvolver. Esta ordem de pensamento pode ser adotada por investigadores de comunicação, bem como por investigadores de outras disciplinas envolvidos na complexidade que é a covid-19. Estes incluem investigadores de várias áreas médicas, epidemiologistas, virologistas, cientistas políticos, especialistas em transportes, economistas, advogados.

Mesmo os primeiros rumores sobre uma nova doença infecciosa do sistema respiratório que se tornou virulenta na província de Wuhan, na China, vieram acompanhados de críticas aos comportamentos de comunicação. Apenas uns meses após o vírus ter chegado ao mundo ocidental, o termo “infodemia” ganhou tração. A Organização Mundial de Saúde foi pioneira no seu reconhecimento, mas cedo começaram as críticas aos comportamentos comunicativos por parte de quase todos os que se juntavam ao coro de pedidos, denúncias, apelos e defesas. Muitas das críticas eram pavlovianas, embora em certa medida compreensíveis, tendo em conta as imagens de hospitais à beira do colapso devido ao número de pacientes com covid-19 que desafiavam a capacidade das instituições de saúde em países ricos. O rumo que o vírus tomou na sua incursão pelo mundo contribuiu para a adoção de um tom crítico na cobertura da pandemia. As promessas de tal pensamento são formuladas desta forma:

tese 2: começar pelas características especiais da pandemia e procurar causas para elas é uma abordagem promissora.

Quando há vidas em jogo e o sistema político sofre uma tremenda pressão, não é incomum haver críticas nos canais de comunicação, nem nos canais tradicionais de *mass media*, nem no espaço comunicativo a que chamamos *media* sociais. A existência de críticas por si só não é má, mas pode tornar-se disfuncional se for baseada em informação errada. Iremos voltar a isto, mas primeiro importa questionar quais são as características especiais que os estudos podem usar como ponto de partida para a investigação.

A pandemia de covid-19 foi uma estreia. Nunca nada semelhante tinha alguma vez acontecido. Claro que esta afirmação não pretende negar a existência, no passado, de outras doenças infecciosas. Pensemos na chamada gripe espanhola no primeiro inverno após o fim da I Guerra Mundial, ou na peste negra em 1347 e diante. Não pretendemos abrir uma discussão sobre onde e como é que estes casos diferem uns dos outros, ou quais as semelhanças ou diferenças em termos médicos. O que torna a covid-19 diferente é a forma como os dispositivos de comunicação foram usados, e se tornaram mesmo parte do acontecimento, da pandemia e da tentativa de a conter. A gripe de 1918/19 aconteceu num mundo que tinha acabado de adotar a rádio como a mais recente inovação em termos de *media* informativos, e a televisão só surgiria passados 25 anos. A peste negra varreu a Europa 250 anos antes do aparecimento dos primeiros jornais.

Cinco ou seis revoluções comunicacionais depois, os dispositivos de comunicação digitais tornaram-se parte da história. O relato diário de indicadores de gravidade social da doença trouxe às pessoas um instrumento para avaliarem a evolução da pandemia, e

os seus avanços e recuos. As pessoas esperavam por números cuja relevância ou cálculo teriam dificuldade em explicar. Para além disto, as pessoas foram incomodadas com debates sobre que indicador seria o melhor para basear as decisões políticas. O relato diário do progresso da pandemia lembrava um paciente numa cirurgia que assiste à sua própria operação numa máquina de ressonância magnética.

Uma característica bem diferente eram as imagens, especialmente aquelas que ilustravam os problemas de capacidade do sistema de saúde. Fotos de eventos atuais costumavam ser algo que nos lembramos de ter visto no noticiário televisivo de ontem, com quase nenhuma hipótese de as vermos outra vez. Hoje, com fácil acesso à internet, as imagens tornaram-se algo que podemos pesquisar no Google durante a pausa do trabalho, sempre que quisermos olhar para elas novamente.

A troca de comunicação entre um paciente (que procura informação) e um prestador de cuidados de saúde pode acabar num estado ainda pior do que antes. Pense o leitor numa narrativa pessoal de como uma mudança na medicação o ajudou de forma espantosa. Esse facto é publicado num site de apoio social, onde é lido por alguém que procura informação, e que por sua vez a entende como um conselho, gastando posteriormente tempo e energia a tentar obter uma receita médica. Os médicos não a vão prescrever porque eles é que sabem. A frustração do utente cresce. Este exemplo leva a um estado das coisas que é globalmente pior do que aquele que existia, e os três atores podem ter contribuído para isso: o médico pode não ter dado o seu melhor ao explicar por que é que a medicação não se adequa a esta pessoa, gerando mais frustração do que necessário. A pessoa que publicou a informação online podia ter sido mais clara relativamente à natureza pessoal daquilo que descreveu. Um aviso de informação pessoal podia ter impedido o desentendimento. E o leitor revelou a sua baixa capacidade para ler e interpretar a história. Um exemplo idêntico podia ser construído com um aviso de determinado tratamento e um utente que, de forma errada, o lê como uma recomendação.

Presume-se que existam mais formas segundo as quais a comunicação em saúde é gravemente afetada pelas potencialidades da internet. Pensemos no modo como os criadores e defensores de teorias da conspiração podem organizar os seus seguidores e a sua estranha forma de ver o mundo com a ajuda da world wide web. Não precisamos de aspirar à abrangência aqui, quando a mensagem é clara:

tese 3: a pandemia de covid-19 foi a primeira do género, e isso deve-se largamente à existência da internet.

Já referimos a presença de críticas, ressaltando, no entanto, que a sua existência em si não é problemática, a não ser que seja baseada em erros. Se levarmos a sério a comunicação, tanto como investigadores como como participantes, temos de insistir que aquilo que é comunicado seja correto. Por muito simples que pareça, este requisito não só é difícil de manter, como é perto de impossível saber quando a verdade está a ser comunicada e quando não está. Algumas considerações práticas podem ajudar.

Questionemo-nos: como é que a mentira é comunicada? Não nos referimos à parte técnica, para a qual a resposta é “da mesma forma que a verdade”. Há alguns padrões típicos que facilitam a disseminação de inverdades e ainda permitem a quem as

comunica escapar ou evitar perder a credibilidade. Pensemos num erro científico que não sobreviveu à testagem empírica, mas nem todos os colegas o reconheceram. Um elemento desta escola de pensamento defende, numa palestra pública, o erro como se fosse verdade (o que faz disto uma mentira), enquanto um colega no dia seguinte o contradiz (dizendo a verdade). Um jornalista escreve, de forma correta, duas notícias sobre as duas palestras, e no dia seguinte outro jornalista retrata esta história como uma controvérsia científica, descrevendo ambos os lados no seu melhor (ou pior) e seguindo a máxima dos jornais de não tomar partido em controvérsias científicas nas quais o autor não seja especialista o suficiente para julgar por si próprio. Do ponto de vista do jornalista, as duas histórias retratam descobertas científicas semelhantes, uma vez que ele deu a conhecer os dois lados. No entanto, o senso comum diz-nos que o jornalista contou uma mentira no primeiro dia e a verdade no segundo. Claro que muitos jornalistas teriam problemas em classificar a primeira história como uma conquista, sustentando que um escritor tem de ser cuidadoso e verdadeiro, e alguém que defenda esses ideais teria descoberto a natureza duvidosa da posição do primeiro cientista.

Este exemplo simples apresenta uma situação, também ela simples, que já pode demonstrar que as categorias de verdade e mentira podem ser difíceis de determinar. A mistura de forças que criam mentiras é mais complexa do que aquele que é provavelmente o conceito mais popular nas críticas aos *media*: *fake news*. O termo foi cunhado pelo na altura Presidente dos Estados Unidos Donald Trump, antes do aparecimento da covid-19. Aquilo a que ele se referia é fácil de entender: *fake news* são notícias de que não gostava. Um conceito tão subjetivo e sem fundamento desacredita as críticas sérias e necessárias aos *media*, porque reduz essas críticas a uma expressão da opinião política inventada por alguém que se situava na ala mais à direita daquele que é o maior partido dos Estados Unidos. A origem dúbia do termo leva-nos a pedir que este não seja usado numa abordagem científica que coloque o sucesso dos *mass media* na agenda discursiva.

A falta de correspondência entre os elementos na cobertura mediática e os seus efeitos aponta para mais do que falsidades: sugere uma forma de falência do sistema. Entre os exemplos estão formas de noticiar que são quase coercivamente percebidas como levar a mensagem de que os acontecimentos correspondentes estão a tornar-se mais frequentes. O estudo clássico é da autoria de Mark Fishman (1981) e lida com o alegado aumento de crimes contra os idosos, cujas estatísticas de crime não demonstravam, enquanto os *media* colocavam o assunto em agenda e as pessoas percecionavam um aumento que de facto não existia. Uma variante deste exemplo é a hipótese de Mazur (2004) de que as pessoas percebem o aumento da cobertura de tecnologia como um indicador de uma ameaça, tornando-se cétricas da tecnologia. Isto significa que a cobertura em si mesma pode alterar sentimentos ou opiniões. O resumo é:

tese 4: há muitas formas de não contar a verdade.

O jornalista que escreve a história da controvérsia é o exemplo descrito acima. Esta parte da história aponta para um contributo no produto das notícias que vem não dos materiais narrados, mas dos dispositivos que os produzem. O equilíbrio exigido à história não retrata qualquer qualidade dos acontecimentos, mas sim uma condição da

instituição que produz o conteúdo noticioso. Está por saber se e como é que algo semelhante acontece nos *media* digitais numa situação de ameaça.

Recuando à comunicação dos *media*, muitas vezes somos confrontados com uma inclinação dos *mass media* para perpetuar as narrativas existentes. Isto parece acontecer com outros participantes, para além dos *media*. A forma como os opositores da vacinação ganharam novas forças parece ser ainda mais relevante. Isto é interessante o suficiente para formular a seguinte tese:

tese 5: a pandemia de covid-19 revitalizou o antagonismo tradicional de uma parte da população relativamente à vacinação.

Surpreendentemente, isto pôde ser observado em muitos países diferentes, e é de igual modo confuso em todos eles. As ciências médicas e a maioria da população sabem, de certeza, que a vacinação é uma ferramenta contra a infeção que é eficaz, amplamente segura, e que podemos pagar. Caso ocorra infeção, a vacinação é uma forma de aligeirar o desenvolvimento da doença. É extremamente benéfica, e ainda assim largas franjas da população não a querem. O desenvolvimento foi precedido do debate sem fim sobre o uso de máscaras. A discussão da vacinação, para além disso, inverte uma perceção antiga: estávamos habituados a que os poderosos e as elites não levassem a sério as ameaças a que as pessoas comuns estão expostas em áreas como o ambiente, segurança alimentar, segurança no trabalho, e outras. A nova alegação é de que as elites inventam ameaças para alienar a atenção das pessoas das suas vidas.

Resta a “globalidade” da pandemia. Uma larga parte dos habitantes do planeta enfrenta uma situação biológica semelhante, que pode suscitar muitas reações diferentes. O aparecimento do vírus é um exemplo do que podemos chamar “o evento como evento”. Os seus opositores são as forças culturais, políticas, económicas e comunicacionais a serem escrutinadas por causas e consequências como “acontecimento como notícia”. Tais comparações já provaram resultar em excelentes estudos de comunicação. Se fizermos como os nossos antepassados fizeram, as oportunidades parecem ser ilimitadas.

São inúmeras as reflexões que podem ser feitas neste contexto de disseminação do SARS-CoV-2. Esta edição dedicada a “Comunicar em Saúde em Tempos de Pandemia” apresenta artigos que oferecem uma visão sistémica daquilo que foi a comunicação e o jornalismo em período pandémico, nomeadamente durante o primeiro ano de disseminação do vírus SARS-CoV-2. Podemos aqui dividir a parte dos artigos temáticos em quatro blocos.

O primeiro trata estritamente do jornalismo, abrindo com um artigo da autoria de uma equipa de investigadoras (Felisbela Lopes, Rita Araújo e Olga Magalhães) que fazem um retrato da cobertura jornalística da covid-19 feita pela imprensa portuguesa. Através de uma aturada análise quantitativa dos textos jornalísticos, procura-se aí identificar quais foram as fontes de informação privilegiadas. Também elegendo Portugal como terreno de observação, Isabel Ferin Cunha, Carla Martins e Ana Cabrera analisam as estratégias de comunicação utilizadas pelo governo português na gestão da crise e discutem os respetivos reflexos na cobertura jornalística televisiva, a partir de um estudo empírico centrado nos três primeiros meses da propagação do vírus. Segue-se um artigo de Andreu Casero-Ripollés que procura identificar, agora a partir de Espanha, as principais alterações e mudanças que o surto do coronavírus tem provocado no campo jornalístico, destacando-se cinco áreas: consumo de notícias, modelos de negócio, condições

de trabalho, *misinformation*, e relações com os atores políticos. Esta parte fecha com um trabalho da autoria de Gladys Adriana Espinel-Rubio, Raúl Prada-Núñez, Kelly Giovanna Muñoz Balcázar e César Augusto Hernández Suárez sobre as rotinas e práticas de trabalho de mulheres jornalistas na Colômbia e na Venezuela no contexto da emergência sanitária causada por covid-19 nos países onde desenvolvem a sua atividade.

Num segundo bloco, destacamos o papel das tecnologias na construção da informação e no impacto que foram tendo no espaço público mediático. Luís Bonixe escolhe três podcasts que representam diferentes modelos de empresas de *media*: um produzido pela rádio de serviço público (Antena 1), outro por uma emissora de entretenimento (Rádio Comercial), e um outro criado por um meio online ao qual se associa uma rádio (*Observador*). A partir daí, faz uma reflexão sobre a importância desta nova ferramenta no jornalismo de saúde, sendo inquestionável o papel que foi tendo na informação e esclarecimento do vírus SARS-CoV-2. Sandra Pinto, Eunice Oliveira e Elsa Costa e Silva elegem a aplicação Stayaway Covid como objeto de estudo, criando uma amostra de 182 notícias de imprensa, rádio e televisão através da qual identificam as fontes de informação, concluindo que neste caso de controvérsia em saúde pública foram os políticos, e não os especialistas, que assumiram um papel preponderante na consolidação da polémica, sobretudo no que diz respeito à intenção de tornar a aplicação obrigatória.

Dos usos dos *media* sociais trataria um terceiro bloco de artigos. Afirmando que as plataformas de *media* sociais são grandes disseminadoras de informação falsa sobre saúde, Gil Ferreira construiu um questionário para identificar antecedentes e pré-requisitos da crença em desinformação e *misinformation*, concluindo que indivíduos com sentimentos populistas possuem menor confiança em estratégias institucionais de combate à pandemia, privilegiam os *media* sociais como fonte de informação e revelam uma maior aceitação de teorias da conspiração sobre a doença. Cheng Cheng e Rita Espanha apresentam uma revisão crítica da literatura sobre *media* sociais e covid-19, destacando estratégias de comunicação relevantes e problematizando efeitos do que aí é publicado. Os *media* sociais podem ser promotores de informação e comportamentos preventivos sobre a covid-19, embora exista um amplo debate sobre a exposição ao conteúdo online e a saúde mental.

A fechar o bloco temático, temos dois textos centrados na comunicação estratégica. A partir de Portugal, Gisela Gonçalves, Valeriano Piñeiro-Naval e Bianca Persici Toniolo analisam a comunicação governamental durante o início da segunda vaga da doença, partindo do pressuposto de que o (in)cumprimento das recomendações das autoridades está diretamente ligado à confiança nas fontes de informação. O seu trabalho assenta, em parte, num inquérito online, desenvolvido no âmbito de uma investigação internacional da rede European Public Relations Education and Research Association *Com-Covid*. Centrando-se nos utentes dos serviços de saúde, Andreia Garcia e Mafalda Eiró-Gomes procuram saber qual o contributo dos agrupamentos de centros de saúde e das instituições responsáveis pelos cuidados de saúde primários na comunicação para a saúde a propósito da covid-19.

Na secção *Varia*, publicamos três artigos. Num texto em que reflete sobre a extensão da estratégia publicitária ao *storytelling*, Jorge Veríssimo, professor da Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa, salienta a riqueza comunicacional deste processo narrativo para a mensagem persuasiva dos anúncios. Ao mesmo tempo, o autor problematiza a evidência do *pathos* e do *ethos* na comunicação de marca, assim confirmando as raízes que a publicidade contemporânea tem ainda na retórica clássica.

Noutro artigo, Enrique Castelló-Mayo, Margarita Ledo-Andión, Antía López-Gómez e Silvia Roca Baamonde apresentam, a partir de três contextos idiomáticos, a relação entre o processo de normalização de línguas europeias minoritárias e a prática de legendagem de filmes. Para os investigadores da Universidade de Santiago de Compostela, a exibição de versões originais legendadas salvaguarda a originalidade da obra audiovisual, ao mesmo tempo que favorece a diversidade linguística, com custos significativamente inferiores aos do processo de dobragem. Fazendo referência a diversos autores que têm discutido os sistemas de controlo, o contexto prisional e as questões da segurança, Rafaela Granja desvenda “As Implicações Invisibilizadas do Tecno-Otimismo da Vigilância Eletrónica em Portugal”. De acordo com a investigadora do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, os discursos disseminados por instituições oficiais, pelos meios de comunicação social e pela indústria da vigilância promovem um otimismo tecnológico que acaba por limitar o espaço de debate público sobre a reforma da justiça e do sistema penal, em vez de facilitar o diálogo sobre as raízes sociais e culturais destes fenómenos.

Voltemos ao vírus Sars-CoV-2. É inegável que, num mundo global, a doença não tem barreiras geográficas e, sendo um elemento central no combate a uma pandemia, a comunicação e, por extensão, o jornalismo merecem reflexões aprofundadas e contínuas. Esta edição da revista *Comunicação e Sociedade* representa um contributo da comunidade académica para esse importante caminho, reunindo estudos de diferentes países e contextos, uma prática necessária no campo da comunicação em saúde (Hannawa et al., 2014).

**Tradução: Rita Araújo**

#### **AGRADECIMENTOS**

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00736/2020 (financiamento base) e UIDP/00736/2020 (financiamento programático) e no âmbito do contrato celebrado ao abrigo da norma transitória prevista pelo art. 23.º do Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, alterado pela Lei n.º 57/2017, de 19 de julho.

#### **REFERÊNCIAS**

- Fishman, M. (1981). Police news. Constructing an image of crime. *Urban Life*, 9(4), 371–394.
- Hannawa, A. F., Krepes, G. L., Paek, H., Schulz, P. J., Smith, S., & Street, R.L., Jr. (2014). Emerging issues and future directions of the field of health communication. *Health Communication*, 29(10), 955–961. <https://doi.org/10.1080/10410236.2013.814959>
- Mazur, A. (2004). *True warnings and false alarms. Evaluating fears about the health risks of technology, 1948-1971*. Routledge.

#### **NOTAS BIOGRÁFICAS**

Felisbela Lopes é professora associada com agregação da Universidade do Minho, onde trabalha desde 1994. Entre 2009 e 2014, foi aí pró-reitora para a área da

comunicação. Tem centrado a sua investigação académica nas áreas da informação televisiva, do jornalismo da saúde e das fontes de informação e tem desenvolvido o ensino no campo do jornalismo. Fez agregação e doutoramento com trabalho académico sobre a informação televisiva. É autora de vários artigos em revistas científicas e de livros, entre os quais se destacam *Marcelo, Presidente Todos os Dias* (Porto Editora, 2019), *Jornalista: Uma Profissão Ameaçada* (Alêtheia, 2015); *Vinte Anos de TV Privada em Portugal* (Editora Guerra e Paz, 2012); *A TV do Real* (Minerva, 2008); *A TV das Elites* (Campo das Letras, 2007) e o *Telejornal e o Serviço Público* (Minerva, 1999).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9227-8998>

Email: felisbela@ics.uminho.pt

Morada: Campus de Gualtar, 4710 - 057 Braga, Portugal

Rita Araújo, doutora em Ciências da Comunicação, é investigadora no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho. Os seus interesses de investigação são a comunicação e o jornalismo em saúde, as fontes de informação, e a literacia em saúde. Foi investigadora visitante no Hunter College, City University School of Public Health, Nova Iorque, e integrou a equipa portuguesa do projeto *Health Reporting Training Project* (2010-3675 HeaRT), financiado pelo Lifelong Learning Program da Comissão Europeia. Foi investigadora, com uma bolsa financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no projeto nacional *A Doença em Notícia* (PTDC/CCI-COM/103886/2008). É autora e coautora de vários artigos científicos e capítulos de livros e apresentou já a sua investigação em diversas conferências nacionais e internacionais.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7124-6057>

Email: ritaaraujo@ics.uminho.pt

Morada: Campus de Gualtar, 4710 - 057 Braga, Portugal

Peter J. Schulz é professor de teorias da comunicação e comunicação em saúde. No seu trabalho tem procurado reunir o pensamento das humanidades, ciências sociais e tecnologias da informação para investigar questões importantes na comunicação em saúde. O seu trabalho recente no campo da investigação da comunicação em saúde centra-se na literacia em saúde e *empowerment*, na comunicação médico-paciente, e no efeito dos *media* no domínio da saúde, como o impacto da utilização da internet na saúde dos adolescentes. Publicou mais de 190 artigos sobre comunicação em matéria de saúde numa multiplicidade de publicações revistas por pares. Juntamente com Paul Coble (Londres) é editor da série “Handbooks of Communication Science” (HoCS, 35 volumes, Berlim: DeGruyter & Mouton). Desde 2017, é também professor honorário na Universidade Nacional Australiana, Camberra.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4281-489X>

Email: schulzp@usi.ch

Morada: Faculty of Communication, Culture and Society, University of Lugano (Università della Svizzera italiana), Via G. Buffi 13, CH 6900 Lugano

*Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.*